

ÍNDICE

NOTA PRÉVIA À QUARTA EDIÇÃO	7
------------------------------------	----------

CAPÍTULO I

DIREITO PÚBLICO E DIREITO CONSTITUCIONAL

1.	O Direito Público e o Direito Privado	9
	1.1. Origem da distinção	9
	1.2. Critérios da distinção	9
	1.2. Objecções às diferentes teorias	10
	1.3. Valor relativo da distinção entre direito público e direito privado	11
1.	Dois problemas fundamentais do Direito Público	11
	1.1. O conceito de Estado	11
	1.2. A relativização do conceito de Estado	12

CAPÍTULO II

O ADVENTO DO CONSTITUCIONALISMO LIBERAL

1.	A emergência do constitucionalismo moderno	13
2.	Constitucionalismo e luta pela limitação do poder político	14
	2.1. Argumentos de reforço do poder do Monarca	14
	2.2. A tradição de limitação do poder político	15
3.	As primeiras experiências constitucionais	17
	3.1. A herança inglesa	17
	3.2. A herança americana	18
	3.3. A herança francesa	20

CAPÍTULO III

O PODER CONSTITUINTE

1.	Enquadramento geral	23
2.	Primeiros suportes teóricos do poder constituinte	23
3.	A teorização de Emmanuel Sieyès	24
4.	As divergências quanto à titularidade do poder constituinte	25
5.	Principais procedimentos constituintes	25

6. Problemática actual do poder constituinte	26
6.1. O poder constituinte do pós-II Guerra Mundial	26
6.2. Juridicidade do poder constituinte	27
6.3. Legitimidade do poder constituinte	27
6.4. Limites ao poder constituinte originário	28
7. O poder constituinte no constitucionalismo angolano	29
7.1. Procedimentos constituinte derivado da Lei constitucional de 1975	30
7.2. Procedimento Constituinte da IIª República	32

CAPÍTULO IV
O DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Conceitos de Constituição	35
1.1. Constituição material	35
1.2. Constituição formal	35
1.3. Constituição normativa	36
1.4. Constituição instrumental	36
1.5. Constituição real ou sociológica	36
2. Funções da Constituição	36
2.1. Integração social	37
2.2. Protecção dos direitos fundamentais	37
2.3. Organização Estadual	37
2.4. Direcção política	37
2.5. Estruturação do ordenamento jurídico	38
3. Características da Constituição	38

CAPÍTULO V
INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL

1. A hermenêutica constitucional	39
2. A hermenêutica clássica	39
2.1. Elemento textual (literal, gramatical)	40
2.2. Elemento lógico-sistemático	40
2.3. Elemento histórico	41
2.4. Elemento teleológico-racional	42
3. A interpretação constitucional entre a autocontenção e o activismo judicial	42
4. A crise da hermenêutica clássica	44

4.1.	Viragem hermenêutica	44
4.2.	Desafios e oportunidades interpretativas	46
5.	Conceitos metódicos operativos	47
5.1.	A norma constitucional	47
5.1.1.	Preceito normativo e norma	47
5.1.2.	Regras e princípios	48
5.1.3.	Âmbito normativo e programa normativo	49
5.1.4.	Norma de direitos fundamentais	50
6.	Princípios de interpretação constitucional	51
6.1.	Princípio da unidade da Constituição	51
6.2.	Princípio da máxima efectividade	51
6.3.	Princípio da concordância prática	52
6.4.	Princípio do efeito integrador	52
6.5.	Princípio da conformidade funcional	52
7.	Interpretação das leis conforme a Constituição	53
17.	Interpretação, direito interno e direito internacional	53
8.	Os agentes da interpretação constitucional	54
8.1.	A comunidade aberta dos intérpretes da Constituição	54
8.2.	Os órgãos constitucionais de soberania	54
8.3.	O carácter dialógico da interpretação	54

CAPÍTULO VI

A CONSTITUIÇÃO ANGOLANA DE 2010

1.	A Constituição como sistema aberto de valores, princípios e regras	57
2.	Densidade e abertura das normas constitucionais	58
2.1.	Tipologia dos princípios	58
2.2.	Tipologia de regras	59
2.3.	Diferentes graus de densidade e abertura	60

CAPÍTULO VII

PRINCÍPIO DO ESTADO DE DIREITO

1.	Origem e desenvolvimento histórico	61
2.	Elementos formais e materiais de caracterização	62
3.	Subprincípios concretizadores do princípio do Estado de Direito	62
3.1.	Igualdade	62
3.2.	Proporcionalidade em sentido amplo ou proibição do excesso	65
3.3.	Segurança jurídica e protecção da confiança dos cidadãos	67

3.3.1.	Sentido geral	67
3.3.2.	Publicidade	67
3.3.3.	Proibição dos pré-efeitos dos actos normativos	69
3.3.4.	Precisão, clareza e determinabilidade das leis	69
3.3.5.	Consistência interna do ordenamento jurídico	70
3.3.6.	Intangibilidade do caso julgado	70
3.3.7.	Calculabilidade e previsibilidade	71
3.3.8.	A problemática da retroactividade das leis	71
3.4.	Legalidade da Administração	73
3.4.1.	Aspectos gerais	73
3.4.2.	Prevalência da lei	73
3.4.3.	Precedência da lei	75
3.4.4.	Reserva de lei	75
3.5.	Legalidade da administração da justiça	76
3.6.	Protecção jurídica e tutela jurisdicional efectiva	77
3.7.	Responsabilidade do Estado	78

CAPÍTULO VII PRINCÍPIO DEMOCRÁTICO

1.	Desenvolvimento histórico da democracia	81
2.	A democracia como direito fundamental	82
3.	A promoção da democracia em África	83
4.	Teorias da democracia	84
5.	Conceito constitucional de democracia	84
5.1.	Democracia representativa	84
5.1.1.	Parlamentarismo	84
5.1.2.	Sufrágio e representação	86
5.1.2.1.	Princípios constitucionais do direito de sufrágio	87
5.1.2.1.1.	Voto universal	87
5.1.2.1.2.	Voto livre	88
5.1.2.1.3.	Voto igual	89
5.1.2.1.4.	Voto directo	91
5.1.2.1.5.	Voto secreto	92
5.1.2.1.6.	Voto periódico	92
5.1.3.	Sistemas eleitorais	92
5.1.3.1.	Caracterização	92
5.1.3.2.	Vantagens e inconvenientes	93
5.1.3.2.1.	Sistema maioritário	93

5.1.3.2.2. Sistema proporcional	93
5.1.3.3. Soluções de compromisso	94
5.1.4. Partidos políticos	95
5.1.4.1. Emergência histórica	95
5.1.4.2. Natureza e funções dos partidos políticos	95
5.1.4.3. Os partidos na Constituição e na lei	95
5.1.4.4. O financiamento dos partidos políticos	99
5.1.4.5. O financiamento das campanhas eleitorais	100
5.2. Democracia semidirecta: o referendo	101
5.2.1. Antecedentes históricos	101
5.2.2. A teoria política do referendo	101
5.2.3. O referendo nacional na Constituição angolana de 2010	102
5.3. Democracia local	102
5.3.1. Descentralização administrativa	103
5.3.2. Autarquias Locais	103
5.3.3. Instituições do poder tradicional	104
5.4. Democracia participativa	105
5.5. Princípio democrático e função jurisdicional	106
5.6. Democracia comunicativa	107
5.7. Princípio democrático e procedimento administrativo	109
5.8. Para além do princípio democrático	109

CAPÍTULO VIII

PRINCÍPIO REPUBLICANO

1. Angola como república soberana	111
2. <i>A respublica</i> na história das ideias políticas	111
3. A República e o Estado constitucional	112
4. O princípio republicano na Constituição	113

CAPÍTULO IX

PRINCÍPIO DO ESTADO SOCIAL

1. O sentido histórico do princípio	115
2. O Estado social na Constituição angolana de 2010	116
2.1. Democracia económica, social e cultural	116
2.2. Direitos económicos, sociais e culturais	116
2.3. Relação com os direitos, liberdades e garantias	117
2.4. Intervenção do Estado na economia	117

CAPÍTULO X
PRINCÍPIO DO ESTADO AMBIENTAL

1.	Sentido do Estado ambiental	119
2.	O Estado ambiental como princípio em desenvolvimento	119
3.	Estado ambiental e princípios estruturantes	121

CAPÍTULO XI
O PRINCÍPIO ANTICORRUPÇÃO

1.	Introdução	123
1.1.	O problema da corrupção	123
1.2.	A corrupção como flagelo político e social	124
1.3.	A corrupção na história das ideias políticas	125
1.4.	Fundamentos	126
1.5.	Consagração constitucional	127
1.6.	Natureza	127
1.7.	Funções e concretizações	128
1.8.	Relevância	129
1.9.	Irradiação global	129

CAPÍTULO XII
DIREITOS FUNDAMENTAIS

1.	Introdução	131
2.	Desenvolvimento histórico	131
3.	Gerações de direitos fundamentais	134
4.	Direitos fundamentais e direitos humanos	134
5.	A Dignidade da Pessoa Humana	136
6.	O conceito de direito fundamental	138
7.	Os direitos fundamentais na Constituição de 2010	139
8.	Titularidade dos direitos fundamentais	139
8.1.	Indivíduos	139
8.2.	Pessoas colectivas	141
8.3.	Estrangeiros	142
9.	Destinatários dos direitos fundamentais	143
10.	As funções dos direitos fundamentais	146
10.1.	Função subjectiva: direitos subjectivos públicos	146

10.2.	Função objectiva: elementos objectivamente conformadores da ordem jurídica	147
11.	Tipos de direitos fundamentais	148
11.1.	Direitos de liberdade	148
11.2.	Direitos de igualdade	149
11.3.	Direitos processuais	149
11.4.	Direitos políticos e de participação	150
11.5.	Direitos sociais	150
12.	A interpretação dos direitos fundamentais	152
13.	Direitos fundamentais, direitos humanos e interpretação constitucional	154
14.	O regime geral dos direitos fundamentais	155
14.1.	Princípio da cláusula aberta	155
14.2.	Princípio da universalidade	156
14.3.	Princípio da igualdade	157
14.4.	Princípio do Estado de Direito	157
14.	Os direitos, liberdades e garantias	158
16.	Os direitos análogos aos direitos, liberdades e garantias	158
17.	Regime específico dos direitos, liberdades e garantias	159
17.1.	Aplicabilidade directa	159
17.2.	Vinculação das entidades públicas	160
17.3.	Vinculação das entidades privadas	161
18.	Restrições aos direitos, liberdades e garantias	163
18.1.	A restrição como compressão legal do âmbito de protecção	163
18.2.	Requisitos formais da restrição	165
18.3.	Requisitos materiais de restrição	167
18.3.1.	O princípio da proibição do excesso	167
18.3.2.	Generalidade e abstracção	171
18.3.3.	Proibição de retroactividade	172
18.3.4.	Salvaguarda do conteúdo essencial	173
18.3.5.	Casos especiais de restrição	173
19.	Conflitos de direitos fundamentais	174
20.	Direitos económicos, sociais e culturais	175
20.1.	Desenvolvimento histórico	175
20.2.	Discussão político-constitucional	177
20.3.	Caracterização estrutural	178
21.	Um regime específico para os direitos, económicos, sociais e culturais	180
21.1.	Natureza jurídica dos direitos económicos, sociais e culturais	180
21.2.	Traços de um possível regime específico dos direitos económicos,	

sociais e culturais	180
21.2.1. Parâmetros de actuação estadual	181
21.2.2. Direitos práticos e não teóricos ou programáticos	182
21.2.3. Gestão pública e controlo financeiro	184
21.2.4. Responsabilidade inalienável do Estado	185
21.3. Justiciabilidade dos direitos económicos, sociais e culturais	187
21.3.1. Questões políticas e questões jurídicas	188
21.3.2. Interpretação e controlo	190
21.3.3. Deferência sem abdicação	191
21.3.4. Perspectivas para o futuro	193
22. Meios de defesa dos direitos fundamentais	195
22.1. Meios de defesa jurisdicionais	195
22.1.1. O direito de acesso aos tribunais e a uma tutela jurisdicional efectiva	195
22.1.2. Do direito de acção popular	196
22.1.3. A acção de responsabilidade	196
22.1.4. Direito a suscitar a questão da inconstitucionalidade	197
22.1.5. <i>Habeas corpus</i>	197
22.1.6. <i>Habeas data</i>	198
22.2. Meios de defesa não jurisdicionais	198
22.2.1. Direito de petição	198
22.2.2. Direitos e garantias dos cidadãos perante a Administração	198
22.3. Protecção Internacional	199
22.4. Mecanismos universais de protecção	200
22.5. Mecanismos regionais de protecção	201

CAPÍTULO XIII

A ESTRUTURA INSTITUCIONAL DO ESTADO

1. O princípio da separação de poderes	203
1.1. Substância e estrutura no Direito constitucional	203
1.2. Origem do princípio da separação de poderes	203
1.3. Significado jurídico-constitucional	205
1.4. Formas de separação	207
2. Os sistemas de governo	208
2.1. O sistema presidencial	208
2.2. O sistema parlamentar	208
2.3. O sistema semipresidencial – o modelo francês	209
2.3.1. Caracterização geral	209

2.3.2.	O Presidente da República	209
2.3.3.	O Governo	210
2.3.4.	O Parlamento	210
2.4.	O sistema misto parlamentar-presidencial – o modelo português	211
2.4.1.	Caracterização geral	211
2.4.2.	Estrutura e função dos órgãos de soberania	211
2.4.2.1.	Presidente da República	211
2.4.2.2.	Parlamento (<i>Assembleia da República</i>)	212
2.4.2.3.	Governo	213
2.4.2.4.	Tribunais	215
2.4.3.	Interdependência institucional	215
2.4.3.1.	Presidente da República e Governo	215
2.4.3.2.	Presidente da República e Assembleia da República	216
2.4.3.3.	Assembleia da República e Governo	217
3.	O sistema de governo angolano	217
4.	Os órgãos constitucionais de soberania	219
4.1.	O Presidente da República	219
4.1.1.	Posição jurídico-constitucional	221
4.1.2.	Estatuto do Presidente da República	222
4.1.3.	Os poderes do Presidente da República	224
4.1.3.1.	Aspectos gerais	224
4.1.3.2.	Competências como Chefe de Estado	224
4.1.3.3.	Competências como titular do Poder Executivo	225
4.1.3.4.	Competências no âmbito das relações internacionais	225
4.1.3.5.	Competências como Comandante em Chefe das Forças Armadas Angolanas	226
4.1.3.6.	Competências no domínio da segurança nacional	226
4.1.4.	Órgãos auxiliares do Presidente da República	227
4.1.5.	Os actos do Presidente da República	227
4.2.	A Assembleia Nacional	228
4.2.1.	Posição jurídico-constitucional	229
4.2.2.	Competências e funções	231
4.2.3.	Estatuto dos Deputados	231
4.2.3.1.	Aspectos gerais	231
4.2.3.2.	Incompatibilidades	232
4.2.3.3.	Impedimentos	232
4.2.3.4.	Imunidade	233
4.2.3.5.	Direitos no processo constitucional	234
4.2.3.6.	Direito a remuneração adequada	234

4.3. Os Tribunais	234
4.3.1. Função jurisdicional	235
4.3.2. Princípios fundamentais	235
4.3.2.1. Independência e imparcialidade dos Tribunais	235
4.3.2.2. Acesso directo à Constituição	237
4.3.2.3. Obrigatoriedade das decisões	237
4.3.3. O Tribunal Constitucional	238
4.3.3.1. Estatuto jurídico-constitucional e estrutura organizatória	238
4.3.3.2. Competências	240
4.3.4. O Tribunal Supremo	241
4.3.4.1. Estatuto jurídico-constitucional e estrutura organizatória	241
4.3.4.2. Competências	241
4.3.5. O Tribunal de Contas	242
4.3.5.1. Estatuto jurídico-constitucional	242
4.3.5.2. Estrutura organizatória	243
4.3.5.3. Competências	244
4.3.6. O Supremo Tribunal Militar	245
5. Outros órgãos constitucionais	246
5.1. Os órgãos auxiliares do Presidente da República	246
5.1.1. Vice-Presidente da República	246
5.1.2. Conselho de Ministros	246
5.1.3. Conselho da República	247
5.1.4. Conselho de Segurança Nacional	248
5.2. O Conselho Superior da Magistratura Judicial	248
5.3. A Procuradoria-Geral da República	249
5.3.1. Caracterização geral	249
5.3.2. O Ministério Público	249
5.3.3. O Conselho Superior da Magistratura do Ministério Público	250
5.3.4. A Procuradoria Militar	251
5.4. Outros órgãos e instituições essenciais à justiça	251
5.4.1. O Provedor de Justiça	251
5.4.2. A advocacia	253
5.4.3. Os julgados de paz	255
5.5. O Banco Nacional de Angola	256
6. Administração Pública	257
6.1. Princípios fundamentais	257
6.2. Estrutura da Administração Pública	259
6.3. A Administração local do Estado	260
6.4. A Administração fiscal	260

CAPÍTULO XIV
AS FONTES DE DIREITO

1. Princípios estruturantes do sistema normativo	265
1.1. Princípio da hierarquia	265
1.2. Princípio da competência	265
2. As Fontes do Direito Interno	266
2.1. Os actos legislativos	266
2.1.1. Ausência de um critério material de lei e notas tendencialmente caracterizadoras	266
2.1.2. O sentido especificamente constitucional do termo	267
2.1.3. A lei no ordenamento constitucional angolano	267
2.1.4. As leis da Assembleia Nacional	267
2.1.4.1. As leis ordinárias em geral	267
2.1.4.2. Leis com valor procedimental reforçado	268
2.1.4.3. Leis de autorização legislativa	269
2.1.4.3.1. Aspectos gerais	269
2.1.4.3.2. Leis de autorização como leis materiais	271
2.1.4.3.3. Requisitos das leis de autorização	273
2.1.4.3.4. Objecto e extensão da autorização	276
2.1.4.3.5. O sentido da autorização	277
2.1.4.3.6. A cessação da autorização	279
2.1.4.4. Leis de Bases	280
2.1.4.4.1. O sentido das leis de bases	280
2.1.4.4.2. Primazia da lei de bases sobre os decretos legislativos presidenciais de desenvolvimento	280
2.1.5. Outras leis com valor reforçado	281
2.1.6. Os actos legislativos do Presidente da República	281
2.1.7. A apreciação parlamentar dos actos legislativos do Presidente da República	283
2.2. O Direito internacional	284
2.2.1. Desenvolvimento histórico	284
2.2.2. O Direito internacional e o direito interno à luz da CRA	285
2.2.2.1. Modelos de relação típicos	285
2.2.2.1.1. Monismo	285
2.2.2.1.2. Dualismo	286
2.2.3. Amizade para com o direito internacional	287
2.2.4. Recepção do direito internacional geral ou comum	288
2.2.4.1. Princípios gerais do direito internacional	289

2.2.4.2.	Costume internacional	289
2.2.5.	Recepção do direito internacional convencional	290
2.2.6.	Estruturação hierárquica	293
2.2.7.	Vinculação internacional do Estado angolano	294
2.2.7.1.	Presidente da República	294
2.2.7.2.	Conselho de Ministros	295
2.2.7.3.	Assembleia Nacional	295
55.3.	O poder regulamentar	295
55.3.1.	O fundamento constitucional do poder regulamentar	295
2.3.2.	Leis e regulamentos	296
2.3.3.	Congelamento do grau hierárquico	297
2.4.	O costume	297

CAPÍTULO XV
A JUSTIÇA CONSTITUCIONAL

1.	Desenvolvimento histórico	299
2.	Controlo da constitucionalidade em Angola	301
2.1.	Configuração jurídico-constitucional	301
2.1.1.	Pressupostos e justificação	301
2.1.2.	Áreas problemáticas típicas	303
2.1.3.	Controlo da constitucionalidade das leis	303
2.1.4.	Protecção autónoma dos direitos fundamentais	304
2.1.5.	Controlo da regularidade da formação dos órgãos constitucionais	305
2.1.6.	Modelos de Justiça Constitucional	305
2.2.	A actividade de controlo	306
2.2.1.	O parâmetro de controlo	306
2.2.1.1.	Parâmetro geral de controlo da constitucionalidade	307
2.2.1.2.	Parâmetro de controlo da constitucionalidade nos casos de legalidade reforçada	307
2.2.2.	O objecto de controlo	308
2.2.3.	As operações de controlo	310
2.2.4.	As sanções do controlo	312
2.3.	Os princípios processuais do controlo	312
2.4.	Os modelos de controlo	313
2.4.1.	Controlo preventivo	313
2.4.1.1.	Aspectos gerais	313
2.4.1.2.	Características do controlo	314

2.4.1.3.	Objecto	314
2.4.1.4.	Legitimidade processual activa	314
2.4.1.5.	Prazos	314
2.4.1.6.	Decisões do Tribunal Constitucional	315
2.4.2.	Controlo concreto da constitucionalidade	316
2.4.2.1.	Controlo concreto	316
2.4.2.2.	Controlo difuso	317
2.4.2.3.	Controlo sucessivo	318
2.4.2.4.	Controlo incidental	318
2.4.2.5.	A decisão do juiz <i>a quo</i>	319
2.4.2.6.	O recurso ordinário de inconstitucionalidade	319
2.4.2.6.1.	Aspectos gerais	319
2.4.2.6.2.	Âmbito	320
2.4.2.6.3.	Legitimidade processual e tramitação	320
2.4.2.7.	Recurso extraordinário de inconstitucionalidade	321
2.4.2.8.	A decisão do Tribunal Constitucional	323
2.4.3.	Controlo abstracto sucessivo	323
2.4.3.1.	Aspectos gerais	323
2.4.3.2.	Legitimidade processual activa	324
2.4.3.3.	Legitimidade processual passiva?	325
2.4.3.4.	Pressupostos objectivos	326
2.4.3.5.	Decisões do Tribunal Constitucional	326
2.4.3.5.1.	Aspectos gerais	326
2.4.3.5.2.	Decisões negativas de inconstitucionalidade	326
2.4.3.5.3.	Decisões positivas de inconstitucionalidade	327
2.4.4.	Controlo da inconstitucionalidade por omissão	329
2.4.4.1.	Aspectos gerais	329
2.4.4.2.	As omissões constitucionalmente relevantes	329
2.4.4.3.	Legitimidade processual activa	330
2.4.4.4.	Decisões do Tribunal Constitucional	330
2.4.4.5.	Efeitos da decisão	330

CAPÍTULO XVI

A REVISÃO DA CONSTITUIÇÃO

1.	Considerações gerais	333
2.	Iniciativa, aprovação e promulgação	334
3.	Limites	335